



EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Bartholomeu da Silva Filho

A competência individual de cada um é, sem dúvida, resultante dos conhecimentos técnicos teoricamente recebidos, acumulados com as experiências práticas absorvidas ao longo de sua vida profissional. A parte prática, quase sempre, é provida pela execução do próprio trabalho pelo indivíduo ou adquirida da sua observação ao trabalho executado por outros indivíduos na sua proximidade.

Já o conhecimento teórico adquirem as informações oferecidas aos indivíduos pelos sistemas educacionais conduzidos pelas instituições educacionais, as quais têm por finalidade completar o processo de sociabilidade iniciado no seio da família. Daí, a Escola Superior de Guerra conceituar a Educação como sendo "o processo de perfeccionamento do ser humano

no sentido de facultar a realização de suas potencialidades, bem como a transmissão e assimilação de conhecimentos e valores do Grupo Social."

Em complemento ao conceito acima, a ESG atribue às instituições educacionais uma "função ético-moral" ligada à educação na "transmissão e formação de valores, normas e padrões de comportamento", com vistas à participação do indivíduo na sociedade; uma outra função "integradora", habilita as pessoas à vida social, enquanto que uma terceira, a "formadora", através da transmissão de conhecimentos, habilidades e técnicas, forma não só o cidadão como a força de trabalho.

Por formação do cidadão fica, pois, entendido a função de dar ao homem o preparo para viver em sociedade, participando de manei-

ra ativa e consciente e tendo amplo conhecimento dos seus direitos, de suas obrigações jurídicas e dos seus deveres políticos.

A formação profissional, isto é, a que resulta da aplicação da educação no trabalho, é conduzida não só na escola e no local de trabalho, mas também no seio da família, de onde normalmente o indivíduo já recebe uma primeira orientação da profissão a seguir.

A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

A preparação do indivíduo para o exercício de uma profissão é, no Brasil, o principal objetivo das instituições educacionais, já a partir do 1º Grau de ensino, posto que o os reclamos do país no campo de desenvolvimento, desde a década de 50, têm sido maiores que os do campo político, por razões óbvias.

No quadro econômico atual, de crise e recessão, avulta um dado importante e preocupante: cerca de 1.800.000 brasileiros ingressam, por ano, no mercado de trabalho, a grande maioria, despreparada, resultando, desse despreparo, o desemprego e o sub-emprego, e gerando conseqüente inquietação das classes trabalhadoras.

Parece-nos que as instituições educacionais, em que pesem as intenções anunciadas, não estão habilitadas a atender à grande necessidade de mão-de-obra profissionalizada, perdendo terreno para as empresas, que procuram através de Programas de Treinamento, de Seminários, etc, suprir essas deficiências.

Ressalte-se, também, que o aumento de oferta de mão-de-obra não está ligada unicamente à estrutura existente de empregos, mas à expansão demográfica do país. A empresa forma e treina os seus empregados exclusivamente para as suas necessidades, as quais, no total, são inferiores ao número global dos que procuram emprego, daí a oferta bem maior que as necessidades, resultando em excedentes inaproveitáveis e gerando uma série de conseqüências que repercutem gravemente nos campos social e econômico do país.

A compatibilização do binômio educação x trabalho, objetivando ao atendimento das exigências do mercado, está condicionada por uma gama de aspectos de natureza assaz relevante, sejam históricos, geográficos, sócio-econômicos, jurídicos ou estruturais (no aspecto educacional).

Dessa forma, condicionados ao restrito tempo de elaboração deste trabalho, proposto pela ESG, cabe-nos, na abordagem da questão, relacionar alguns daqueles aspectos, julgados como podendo exercer maior influência na solução do problema, pois, a busca de soluções é o nosso escopo.

Contudo, de qualquer ângulo em que o problema seja abordado, parece-nos que duas interrogações de maior importância precisam ser respondidas, para que possamos chegar a uma solução:

1ª) a formação profissional obtida através do Sistema Educacional é um instrumento efetivo da melhoria do nível de emprego?

2ª) a formação profissional, tal

como é feita, atende às exigências do aparelho produtivo?

ASPECTOS A CONSIDERAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Colocando-se, de início, as questões acima como o âmago do problema em estudo, só poderemos atingir a uma proposta de solução se fizermos interagir alguns fatores condicionantes com a situação atual do ensino no Brasil. Como a nossa Constituição assegura ser a educação um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado, cremos que os fatores de maior relevância a considerar, no presente estudo, devam estar ligados aos aspectos população e estrutura social, sem, contudo, nos descarmos de outros aspectos de ordem conjuntural.

Assim, para fins didáticos, relacionamos os fatores abaixo:

- 1 — a expansão demográfica
- 2 — a crise econômica
- 3 — a dependência científico-tecnológica
- 4 — os desníveis regionais de desenvolvimento
- 5 — os principais aspectos geográficos
- 6 — a organização social das relações de trabalho
- 7 — as leis e os regulamentos vigentes

A Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, fixou o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus que é o de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e pre-

paro para o exercício consciente da cidadania."

Saudada, na época, como verdadeira revolução no ensino, na medida em que deixava de lado o ensino humanístico tradicional para trilhar a senda de uma nova filosofia educacional, voltada para o objetivo de preparar para a vida, nas mesmas condições, todas as crianças e jovens, e procurando a fusão, num só currículo, das velhas escolas industriais, comerciais, agrícolas, etc, as quais dizia-se, formavam, sem a menor sensibilidade, um bando de teóricos, sem embasamento profissional, a reforma de então, por inúmeras causas, cuja principal foi a de estrutura, não resistiu por muito tempo.

Repetência em alto grau, evasão em massa já no 1º ano, crescente número de analfabetos, deficiências na formação profissionalizante, despreparo dos que procuram o vestibular, etc, são alguns dos males hoje apontados como indicadores do fracasso e geradores dos atuais dilemas educacionais.

O que fazer? Que soluções adotar? Como fugir dos dilemas?

É claro que uma reestruturação do sistema educacional vigente, por si só não será a panacéia curadora de todos os males, se outros aspectos não forem considerados.

Sem atentarmos para os diferentes fatores negativos, de toda ordem, que atuam no momento sobre a Nação, nenhuma solução concreta poderá ser aventada. O país ainda dispõe de certas condições altamente favoráveis, como bem relacionou, em recente palestra na ESG, o Prof. Guerra Vieira,

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.

- terras aproveitáveis;
- riquezas minerais;
- disponibilidade energética e
- capacidade de trabalho do povo

Contudo, cerceando e condicionando as possíveis soluções do problema, atuam certos fatores negativos, de modo preponderante, de forma a diminuir ou até mesmo anular as condições favoráveis, a saber: a ainda alta taxa de crescimento demográfico, a avassalante crise econômica, a enorme dependência científica e tecnológica e os diferentes níveis regionais de desenvolvimento, resultando, como grave consequência, o aumento da pobreza, o desemprego e o subemprego, a deterioração do estado sanitário da população, a "inchação" dos grandes centros urbanos, o esvaziamento do campo e outros males, em menor escala, mas, também, prejudiciais.

Só assim, pesando todos os aspectos positivos e negativos, fazendo-os interagir sobre a atual estrutura, será possível vislumbrar-se a solução almejada. Seria uma tarefa para todas as camadas representativas da população, a classe política, os empresários, os professores, os juristas, enfim, toda a sociedade brasileira, valendo-se de todas as contribuições disponíveis, incluída a do presente Ciclo da Extensão da ESG.

PROPOSTAS DE AÇÃO

A análise realizada sobre o comportamento atual do ensino e do

mercado de trabalho revelou vários tipos de distorções no sistema educacional, naquilo em que ele participa para o desenvolvimento e a formação de mão-de-obra. Assim, às questões anteriormente formuladas, as respostas só poderiam ser negativas, pois se constatou que a maioria dos profissionais oriundos das universidades e das escolas profissionalizantes do 2º grau em nada contribui para o efetivo aprimoramento do nível de emprego, e só parcialmente atende às exigências do aparelho produtor.

Em decorrência dessas respostas, algumas propostas de solução já podem ser apresentadas, se bem que em linhas bem gerais, ainda no campo estratégico, necessitando pois, de um maior detalhamento, que configure as futuras ações a realizar:

1ª - Revisão nos tradicionais conceitos de educação e o consequente reflexo na estrutura de ensino.

2ª - Vinculação do nível de emprego, por categoria profissional, à capacidade de formação das escolas profissionais.

3ª - Integração, sem subordinação de uma à outra, do binômio escola-emprego, na complementação da formação profissional do cidadão.

4ª - Reformulação do sistema educacional brasileiro, procurando adequá-lo, não só às condições presentes como, prospectivamente, colocá-lo em condições de responder às necessidades futuras do país.

CONCLUSÕES

De imediato, vemos que as conseqüências da perda de operacionalidade do ensino, em todos os níveis, é desastrosa no tocante à formação de mão-de-obra de que o país necessita. A crescente taxa de desemprego, o sub-emprego, os desvios profissionais, a baixa produtividade, enfim, são assuntos diariamente debatidos pelos economistas e pelos empresários por constituírem uma realidade que já não se pode ignorar.

Sabemos que uma causa maior, a crise avassaladora que paira so-

bre o país — é a responsável por essa situação de verdadeiro descalabro nas relações educação x trabalho. Contudo, se todos nós, governantes, legisladores, políticos, empresários, professores, universitários, sem distinção, nos pusermos a trabalhar, em busca de alternativas para fugirmos aos "dilemas educacionais", por certo, a despeito da crise, haveremos de achar a solução, para colocar o país, de novo, no rumo do desenvolvimento, de modo a se atingir a finalidade última de proporcionar o Bem Comum a todos os brasileiros.



O General-de-Brigada Bartholomeu da Silva Filho, oriundo do Serviço de Intendência, é o atual Chefe da Pagadoria Central de Pessoal. Além dos cursos regulares básicos de formação militar e de acesso ao generalato, como o de Chefia e Estado-Maior de Serviços, da ECEME, é diplomado com o Curso Superior de Guerra da ESG.